

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2012

(do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença do Sr. Aloizio Mercadante - Ministro da Educação e Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto - Secretário da Receita Federal do Brasil para prestarem esclarecimentos de como são apresentadas, utilizadas e fiscalizadas as planilhas de mensalidades escolares das universidades privadas para cálculo do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a presença do Sr. Aloizio Mercadante – Ministro da Educação e Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto – Secretário da Receita Federa do Brasil para prestarem esclarecimentos de como são apresentadas, utilizadas e fiscalizadas as planilhas de mensalidades escolares das universidades privadas para cálculo do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES) foi criado em 12 de julho de 2001, com alterações em 2004, 2007, 2009 e 2010. Trata-se de um Fundo de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC), de acordo com regulamentação própria.

No dia 17 de março, o jornal Folha de São Paulo publicou reportagem afirmando que a União das Instituições Educacionais do Estado de

São Paulo (Uniesp) pagaria dízimo de 10% a igrejas que lhe indicassem universitários cadastrados em programas de financiamento. O dinheiro, de acordo com a reportagem, seria proveniente dos repasses dos governos federal e estadual. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que poderá acionar a Polícia Federal para apurar civil e criminalmente as denúncias de irregularidades.

Segundo a Folha de SP , em 17/03/2012:

“Estudante financiado paga mais por curso

Ministério da Educação vê indícios de irregularidades em cobrança diferenciada de mensalidades para alunos do Fies

Em contrato, instituição se compromete a passar 10% do valor recebido do governo a igrejas que indicam estudante.

**VANESSA CORREA
FÁBIO TAKAHASHI
DE SÃO PAULO**

Um dos maiores grupos de ensino de São Paulo, a Uniesp tem assinado convênios em que se compromete a pagar um dízimo a igrejas que lhe indicarem universitários. A verba provém de repasses dos governos federal e estadual.

No contrato, obtido pela Folha, a Uniesp diz que repassará 10% do que receber do Fies (financiamento federal estudantil) por aluno indicado que aderir ao programa da União. Além de igrejas, podem participar assembleias e congregações.

De acordo com a própria Uniesp, 2.000 estudantes já foram matriculados por meio desses convênios. No total, 12,5 mil dos 65 mil estudantes do grupo têm o Fies.

A instituição afirma que faz convênios com igrejas para criar envolvimento com essas entidades, o que ajudará a chamar alunos pobres (leia mais em texto ao lado).

A faculdade também se compromete a pagar dízimos por indicados que aderirem ao programa Escola da Família, do governo de São Paulo.

No projeto, o Estado banca 50% das mensalidades de alunos que ajudem as escolas públicas de ensino básico. A Uniesp tem 2.850 alunos no Escola da Família.

INVESTIGAÇÃO

A Secretaria Estadual da Educação informa que o programa "não prevê terceirização de serviços nem repasse de recursos para entidades não credenciadas". Disse ainda que vai apurar o caso.

Já o Ministério da Educação disse que investigará o

manuseio que a escola faz das verbas do financiamento.

Segundo a pasta, há indícios de irregularidades, uma vez que a Folha verificou também que as mensalidades dos beneficiários do Fies são até três vezes superiores às dos demais estudantes -prática vedada pela lei.

No Fies, as mensalidades dos alunos são bancadas pela União. Os beneficiários devem devolver o montante apenas após a formatura.

Ao assinar o acordo, a entidade religiosa se compromete a indicar estudantes apenas à Uniesp. E também a tentar promover a transferência de membros matriculados em outras faculdades para o grupo paulista.

Segundo o contrato, o repasse da Uniesp é um "dízimo em favor da construção da obra de Deus".

O grupo educacional não informou de quais instituições religiosas provêm os 2.000 estudantes captados por meio do modelo.

Em seu site, há uma relação de conveniadas -não há discriminação do tipo de convênio-, entre elas a Paróquia São Francisco de Assis, igreja católica de Presidente Prudente, a Pentecostal Jesus Vem e Vencemos pela Fé, da capital, e várias unidades da Assembleia de Deus.

MENSALIDADES

Segundo o MEC, as faculdades têm liberdade para usar o dinheiro do Fies. A situação a ser verificada, diz o ministério, é como são calculadas as mensalidades.

A diferença de mensalidades varia entre as suas 43 faculdades da instituição.

Na unidade do Brooklin (capital), a dívida do aluno do Fies será calculada com base em mensalidade de R\$ 969,10, para o curso de administração. A mensalidade para os demais alunos chega a R\$ 280, caso paguem no primeiro dia útil do mês.

Para o mesmo curso na unidade de Itu (interior), o preço para beneficiários do Fies é R\$ 914. Dependendo do dia do pagamento, para os demais pode cair para R\$ 650.

Segundo as atendentes das unidades, o valor mais baixo não pode ser concedido aos alunos do Fies, pois refere-se ao pagamento antecipado.

O entendimento do ministério, porém, é que a faculdade deve sempre considerar para o Fies o menor valor.

Ao cobrar uma mensalidade mais alta do beneficiado do Fies, a instituição recebe mais recursos do governo.

O estudante, por sua vez, terá uma dívida maior para quitar após a formatura.

Saiba mais

Instituição é investigada por outros problemas

DE SÃO PAULO

A Uniesp já foi proibida, em 17 de suas 43 faculdades, de oferecer o Fies (financiamento estudantil federal).

Segundo o Ministério da Educação, a proibição ocorreu depois que ficou constatado que a instituição usou cursos cadastrados no Fies a fim de conseguir financiamento para alunos de cursos que não estavam habilitados no programa.

Financiadora do programa federal, a Caixa Econômica Federal classificou a situação como "fraude".

O MEC também investiga a Uniesp por prometer pagar 100% do financiamento estudantil de alunos com bom desempenho - pelo programa, o aluno recebe o crédito do governo enquanto estuda e depois tem de pagar, quando acaba o curso.

A instituição de ensino afirma que seus cursos sempre estiveram regularizados, mas o ministério não atualizou o cadastro com as informações deles.

A Uniesp afirma ainda que tem bancado, ela própria, os cursos de alunos com o Fies suspenso.

Outro lado

Repasso serve para que haja parceria, afirma presidente

DE SÃO PAULO

Segundo Fernando Costa, presidente da Uniesp, o repasse de dízimo serve para que "exista um envolvimento entre a igreja e a instituição. É uma relação de parceria que nós temos".

Ele também afirma que essa parceria com igrejas de diversos tipos de credo tem como objetivo promover o ingresso de alunos carentes no ensino superior.

Sobre a ausência de todos os descontos de pontualidade para alunos financiados pelo Fies, Costa diz que as práticas da instituição estão dentro da lei, sem detalhar como.

Afirma ainda que os preços cobrados por todos os cursos oferecidos estão divulgados na internet, como determinado por portaria do Ministério da Educação.

Questionado sobre o fato de unidades da Uniesp contatadas pela Folha não terem oferecido desconto de pontualidade para pagamento de mensalidades via Fies,

Costa repetiu sua resposta: "Nós praticamos o que está na lei".

Afirmou ainda que fornece o desconto de pontualidade de R\$ 100 a alunos do financiamento federal.

Para estudantes fora do Fies, os descontos para pagamento até o vencimento chegam a R\$ 689,10. A Folha não localizou os representantes das igrejas conveniadas.

A reportagem perguntou à Uniesp com quais igrejas foi firmado o convênio que prevê repasse de 10% do valor das mensalidades recebidas pelo Fies dos alunos que foram indicados por elas.

A instituição afirma que a relação pode ser vista no site, onde são listadas 25 igrejas. Há entidades evangélicas, adventistas e católicas listadas. A Uniesp, porém, não respondeu com quais delas o contrato prevê pagamento de dízimo.

SOCIAL

A Folha perguntou a Costa se não ia contra o interesse dos alunos a Uniesp exigir exclusividade na indicação de fiéis pelas igrejas. Ele afirmou que a prática ocorre também entre outras igrejas e universidades.

"Nossa instituição tem uma responsabilidade social e também a missão de levar ao ensino superior as camadas mais humildes de nossa população", disse a Uniesp em nota.

A Uniesp afirma, em sua página na internet, que reúne em seu quadro professores experientes e com sólida formação acadêmica."

Ainda, segundo a Folha de São Paulo, em 18/03/2012:

"União ameaça fechar faculdade que repassa verba federal a igrejas

DE SÃO PAULO - O Ministério da Educação informou que as denúncias contra o grupo educacional Uniesp poderão levar ao fechamento das faculdades. Já a Polícia Federal deve apurar o caso civil e criminalmente.

Conforme a Folha revelou, a Uniesp fecha convênios com entidades religiosas, que indicam novos estudantes.

Em troca, o grupo repassa 10% do que receber do Fies (financiamento estudantil federal) por indicado. O mesmo vale para bolsista do governo de SP.

A Folha constatou ainda, com atendentes das faculdades, que a mensalidade para aluno do Fies é mais alta.

A Uniesp nega os valores diferentes. Sobre repasses, diz

que busca encontrar aluno pobre para atendimento.”

Os fatos podem ser constatados no link da própria Universidade:
<http://www.uniesp.edu.br/> e <http://www.centraldofies.com.br/>.

Frente a estes fatos que preocupam pelo desvio de dinheiro público de programa federal como o FIES e por extensão nossa preocupação com o PROUNI, por outros fatos já veiculados pela Mídia Nacional esta audiência pública é de fundamental para esta Comissão e para a sociedade brasileira.

Sala das Comissões, em de março de 2012.

Deputado Vanderlei Macris

PSDB SP